

**TERMO ADITIVO N° 4 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO FMS N° 004/2003.**

**O Município de Novo Horizonte, SC**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 95.990.115/0001-87, com endereço na rua José Fabro, s/n, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor Eli Mariott, e **A Fundação Médico Assistencial ao Trabalhador Rural de São Lourenço D'Oeste**, empresa estabelecida na cidade de São Lourenço D'Oeste, SC, na Rua Coronel Bertaso, 1750, inscrita no CNPJ sob o n° 86.223.864/0001-98, IE n° 250.195.690, de comum acordo e com amparo no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n° FMS 004/2003, o que fazem de conformidade com as cláusulas a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O Objeto do presente Termo Aditivo é a Prorrogação do Prazo de vigência do contrato administrativo FMS 004/2003 para até 09 de março de 2005.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS**

Ficam mantidas e ratificadas as demais condições e disposições do contrato ora aditado.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam as partes o presente Termo Aditivo em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Novo Horizonte, em 01 de março de 2005.

**Eli Mariott**  
Prefeito Municipal

**Fundação Méd. Ass. São Lourenço D'Oeste**  
Contratado

Testemunhas –

1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_

## **JUSTIFICATIVA PARA A REALIZAÇÃO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO FMS 004/2003.**

O presente termo aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, II, da Lei 8.666/93, com suas atualizações e nos fatos abaixo mencionados.

Considerando que o dispositivo supramencionado permite a prorrogação dos contratos de serviços de execução continuada;

Considerando que os valores são os mesmos praticados, portanto vinculado a melhor proposta apresentada no respectivo certame licitatório, obedecendo ao princípio da economicidade;

Com muita propriedade, Antônio Roque Citadini, comenta que: “nas contratações de serviços que tenham característica de execução continuada, a lei mantém o prazo máximo de 5 (cinco) anos, dispondo que o prazo deverá estar vinculado à melhor proposta”. (Antônio Roque Citadini – **Comentários e Jurisprudência sobre a Lei de Licitações Públicas** – 2<sup>a</sup>. ed. Atual. e ampl. , Max Limonad. São Paulo: 1997, p. 354)

Acerca do assunto o Tribunal de Contas da União assim decidiu:

*Prorrogação de contrato. Serviços contínuos. Lei 8.883/94. Aplicabilidade. Por expressa autorização do art. 121 da lei 8.883/94, a nova redação do art. 57,II, é aplicável aos contratos de prestação de serviços contínuos pactuados sob a égide do Dec. Lei nº 2.300/86 e da Lei 8.666/93 devendo tão somente, ser observada de sua duração ser dimensionada de forma a obter condições e preços mais vantajosos para a administração. (TCU, TC-23.345/94-2, Min. Adhemar Paladini Ghisi, 02/08/95, BLC, out./95, p. 505).*

Face ao exposto, Celebra-se o presente Termo Aditivo por atender aos preceitos legais pátrios.

Novo Horizonte, SC, 01 de março de 2005.

**ELI MARIOTT**  
**Prefeito Municipal**